

**Faculdade Ages
Campus Senhor do Bonfim
Licenciatura em Educação Física**

MESSIAS SILVA SANTOS

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA
ESCOLA**

**Senhor do Bonfim - BA
2021**

MESSIAS SILVA SANTOS

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA
ESCOLA**

Monografia apresentada no curso de graduação da Faculdade AGES como um dos pré-requisitos para obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Larissa Oliveira Guimarães

MESSIAS SILVA SANTOS

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de licenciado em Educação Física à Comissão Julgadora designada pela Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso da Faculdade Ages de Senhor do Bonfim.

Senhor do Bonfim, 13 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Larissa Oliveira Guimarães
Faculdade Ages de Senhor do Bonfim

Profª Msc. Tamires Souto Silva
Faculdade Ages de Jacobina

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos esses anos de estudos.

Aos meus pais, família e irmãos, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

À Faculdade ages e todo o seu corpo docente.

À professora, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Aos colegas de curso, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo debater a problemática que envolve a inclusão escolar do surdo através das análises de pesquisas teóricas que possibilitaram a coleta de dados referentes ao tema proposto. Foram examinados os seguintes tópicos: aspectos da inclusão no Brasil. A língua natural das pessoas com surdez: libras; ideia de inclusão escolar do aluno e a inserção da inclusão no Projeto Pedagógico das unidades escolares. A metodologia empregada constituiu-se da pesquisa bibliográfica bem como a pesquisa de campo com instrumento de pesquisa que buscaram a fundamentação em: Strobel (2008), Perlin e Miranda (2003), Damázio (2007), Sassaki (2004), Mantoan (2006), Vasconcelos e outros. As práticas pedagógicas ainda não atingem um aprendizado significativo para os alunos surdos, eles são excluídos de certa forma do processo de ensino e aprendizagem uma vez que não oportuniza o bilinguismo, sua língua mãe, para que aconteça realmente aprendizagem. Infere-se nesse contexto a necessidade de o profissional da educação estar em formação continuada buscando meios de renovar suas práticas de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Surdo. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

The present study aimed to discuss the issue involving the school inclusion of the deaf through the analysis of theoretical research that enabled the collection of data related to the proposed theme. The following topics were examined: aspects of inclusion in Brazil. The natural language of people with deafness: sign language; idea of the student's school inclusion and the insertion of inclusion in the Pedagogical Project of the school units. The methodology used consisted of bibliographic research as well as field research with a research instrument that sought the foundation in: Strobel (2008), Perlin and Miranda (2003), Damázio (2007), Sassaki (2004), Mantoan (2006), Vasconcelos and others. Pedagogical practices still do not achieve significant learning for deaf students, they are excluded to some extent from the teaching and learning process since bilingualism, their mother tongue, does not provide the opportunity for learning to really happen. In this context, it is inferred the need of the education professional to be in continuing education looking for ways to renew their teaching practices.

KEYWORDS: Inclusion. Deaf. Pedagogical practices.

LISTA DE SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Breve Histórico sobre a Origem e História da Língua dos Sinais.....	14
2.2 A língua Natural das Pessoas com Surdez: Libras.....	17
2.3 A educação Inclusiva para Surdos: Um avanço da legislação e as políticas educacionais.....	20
2.4 As Práticas Pedagógicas dos Professores na Educação Inclusiva.....	26
2.4.1 Papel do Professor de Educação Física na Inclusão Escolar.....	29
2.5 A Importância do Projeto Político Pedagógico no Processo de Inclusão.....	31
3 MARCO METODOLÓGICO.....	37
4 MARCO ANALÍTICO.....	39
4.1 Resultados e Discussão.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é fundamentada nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, tendo por objetivo eliminar a discriminação, a marginalização e a exclusão, na concepção de Mazzota (2003) a Educação Especial é a modalidade de ensino que utiliza recursos e serviços educacionais especiais para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, garantindo assim, a educação formal dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Este trabalho, que é de cunho bibliográfico, utilizou como base da pesquisa a abordagem qualitativa com leituras de textos para fundamentação teórica do tema, portanto a inclusão nos ambientes comuns de aprendizagem tem que oferecer todas as condições de acessibilidade.

Os surdos historicamente eram considerados de menor valor social pela falta da linguagem oral, eram considerados deficientes e a surdez era uma patologia incurável, hoje eles são denominados deficiente auditivo, mas a exclusão profissional e social dos surdos ainda confirma que a linguagem pode ser fonte de discriminação e de organização social restritiva.

Essa demanda exigiu adaptações bruscas no interior das escolas, como a contratação de intérpretes e professores de LIBRAS, a inserção da disciplina LIBRAS no currículo, a compra de material didático específico, a mudança de enfoque nas aulas de língua portuguesa.

O fato de o professor assumir um papel de grande relevância na mediação do processo de ensino-aprendizagem para com estudantes das mais variadas especificidades, faz com que este deva estar preparado para saber lidar, diariamente com qualquer tipo de situação que apareça em sua sala de aula, o ensino somente é completo quando, além dos profissionais da educação das mais diversas áreas, a escola também fornece variados recursos para que os estudantes tenham total estímulo visual, compreendendo bem as aulas.

Como os profissionais, principalmente os da educação, devem estar preparados e capacitados para trabalhar com alunos que apresentam algum tipo de deficiência e, nesse caso, em específico, a surdez, a disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais), tornou-se obrigatória para os currículos de cursos de formação

de professores, isso veio a acontecer ainda em 22 de dezembro de 2005, a partir do art. 3º do Decreto nº 5.626 (Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000), perdurando até os dias atuais.

Os demais artigos desse mesmo Decreto indicado anteriormente, em sua maioria, tratam de assuntos relacionados à inserção da Libras em cursos e etapas de ensino. O § 1º do art. 3º, por exemplo, complementa a ideia inicial, reforçando que, quando se fala na disciplina de Libras, não se trata apenas dos cursos de Letras e Pedagogia, mas todos aqueles do campo da licenciatura, que correspondem à formação de professores. Outros artigos também apresentam conteúdos semelhantes, como o fato de que as instituições de ensino superior devem ofertar cursos de pós-graduação e capacitação para os professores.

Isso acontece pela ausência de oportunidades que se dá a criança que não ouve, pois a criança ouvinte desde seu nascimento é exposta à linguagem oral, desta forma é fornecida para ela a oportunidade de adquirir uma linguagem natural, a qual irá permitir realizar trocas comunicativas, vivenciar situações do seu meio e, assim, possuir uma língua efetiva e constituir sua linguagem. A língua de sinais acaba por oferecer uma possibilidade de legitimação do surdo como sujeito de linguagem. Ela é capaz de transformar as dificuldades em possibilidades.

Nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa é debater a problemática que envolve a inclusão escolar do surdo através das análises de pesquisas teóricas que possibilitaram a coleta de dados referentes ao tema proposto, os objetivos específicos são: compreender o processo de inclusão do aluno surdo; reconhecer a importância do professor no processo de inclusão do aluno surdo e conceituar de forma eficaz a importância da língua brasileira de sinais e sua importância para os alunos surdos.

É exatamente acerca desses problemas que desejamos dissertar, tendo como questionamentos: quais são os principais desafios e estratégias para inclusão do aluno surdo na escola e na sociedade? Até que ponto os professores e a família devem participar de todo esse processo?

A Constituição Brasileira de 1988 garante que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber atendimento especializado complementar de preferência dentro da escola, nesse sentido, a garantia desse

acesso e permanência nas escolas comuns regulares significa um patamar imprescindível de cidadania para pessoas com deficiência.

A inclusão mobiliza a família, os professores, a escola e profissionais de apoio especializado é natural que diante dessa nova situação possa gerar dúvidas, medo, angústia tanto para a família como para escola, sendo assim, a inclusão de alunos surdos não é fácil, e para que aconteça de fato é preciso que a escola tenha um olhar diferente.

Por isso, o objetivo deste presente artigo é refletir sobre os desafios da Educação Inclusiva para surdos na escola e propor ações que possam impactar positivamente na qualidade da aprendizagem dos alunos surdos, o estudo se justifica por estimular a reflexão sobre essa temática tão importante para sociedade, através da pesquisa bibliográfica encontramos dados para o embasamento teórico.

Pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência. É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa (RUIZ, 2008, p. 48).

Os estudos feitos nesta monografia tentarão responder às perguntas norteadoras que levaram o pesquisador a refletir sobre aspectos da inclusão no Brasil, em consonância a isso destacamos Gil (1999), que afirma que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Quando se analisa os principais pontos que já foram citados anteriormente, é possível identificar uma justificativa mais plausível para a realização da presente pesquisa, o fato de existir, na atual sociedade, grande presença de alunos e outras pessoas que possuem problemas auditivos, seja parcial ou completo (para o caso da surdez), já é fundamental para que o conteúdo seja estudado, dessa forma, há muita influência na realização dessas pesquisas e divulgação de ideias na inclusão escolar e social dessas pessoas que possuem surdez.

É sempre válido poder elaborar produções que demonstrem o papel do professor, assim como do próprio profissional de educação física como agente participador da inclusão escolar do aluno surdo, bem como da forma que ele será recebido pelos demais colegas em classe, é essencial que esse tipo de discussão

ganhe proporções ainda maiores, porque precisa que sejam divulgados, para que haja garantia de todos os direitos e deveres.

A importância do tema no meio social se dá pela necessidade observada em que a sociedade precisa urgentemente compreender os direitos que os alunos surdos, ou que possuem qualquer outro tipo de necessidade particular, divulgar esses direitos e cobrar sua realização é fator preponderante no desenvolvimento da inclusão, quando se analisa no meio acadêmico, tem por objetivo promover ainda mais as discussões que estão relacionadas às Leis e Decretos que estão ligados diretamente aos conteúdos em questão, fazendo com que haja mais interpretações sobre elas e realização das mesmas.

Já no lado científico, irá servir como mais uma ferramenta de expansão do estudo em questão, fazendo com que possam existir orientações e incentivo à realização de atividades de capacitação aos professores. É importante que todos os profissionais e a comunidade estejam unidos para todo esse processo educacional. Ainda assim, também pode-se identificar a sua importância para a Educação Física, sobretudo na busca de respostas a questionamentos que ainda são complicados para os estudantes, os acadêmicos e futuros profissionais da área física devem ser preparados, durante todo o curso, sabendo que irão lidar com situações como essas, alunos das mais diversas categorias e que apresentam diferentes especificidades, esses futuros profissionais também são importantes para a inclusão.

Para obtenção e análise dos dados foram utilizados nessa pesquisa materiais que são de suma importância uma vez que abordam o tema em questão de forma abrangente, de modo que viabiliza teoricamente a realização desse trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve Histórico Sobre a Origem e História da Língua dos Sinais

A Língua de Sinais é o meio de comunicação entre as pessoas com surdez. Porém as línguas de sinais não são universais. Cada país apresenta a sua própria língua, no Brasil ela é chamada de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais ou LSB – Língua de Sinais Brasileira. Existe também a Língua de Sinais Americana, a Língua de Sinais Francesa e a Língua de Sinais Portuguesa, entre outras.

Conforme Ronice Muller Quadros (1997), a língua de sinais é composta de sistemas linguísticos que passam de geração em geração de pessoas surdas, são línguas que não derivam das línguas orais, essa linguagem surgiu de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo oral, e sim o canal espaço visual como modalidade linguística.

Embora não existam relatos específicos sobre a origem da Língua de Sinais é relevante destacar como foi o início da história e uso dessa língua, conforme Skliar (1997), até o século XV, não havia escolas para surdos mais em certo período do século XVI, Girolano Cardano propôs um conjunto de princípios que viabilizam ajuda educacional e social para os surdos, assim, no início de 1555, surgiu a educação oral para crianças surdas, algumas crianças surdas de famílias nobres aprenderam a falar e a ler para poderem ser reconhecidas como pessoas nos termos da lei e herdar títulos e propriedades de suas famílias.

Em 1880, aconteceu o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, segundo Skliar (1997), nesse evento que não contou com a participação dos surdos, alguns professores afirmaram que a língua oral deveria estar acima da língua de sinais, a língua é fundamental, pois é responsável pelas relações mais profundas como: falar dos sentimentos, de emoções, de dúvidas, de pontos de vista diversos.

Perlin (1998) destaca que a partir da fundação da primeira escola pública para surdos (por volta de 1760, em Paris, na França, através do *abade L'Epée*), iniciou-se a multiplicação de profissionais surdos e ouvintes que se espalharam pelo mundo disseminando o uso da Língua de Sinais, aí foram criadas várias outras escolas, nas

quais além do uso das Línguas de Sinais nacionais, exploravam-se novos recursos na educação dos surdos.

No Brasil a Língua de Sinais teve seu início a partir de 1857, com a primeira escola de surdos criada pela Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, por Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, chamada de Imperial Instituto dos Surdos- Mudos (II SM) e teve como professor Eduard Huet, um francês que ficou surdo aos doze anos, ele veio ao país a convite de D. Pedro II para fundar essa primeira escola para meninos surdos.

Os alunos educados nesse instituto pela língua escrita lactológica e de sinais conseguiram ser recuperados na comunicação expressiva, dos seus sentimentos, para poderem conviver com as pessoas ouvintes, a sociedade tenta ignorar os surdos para eles viverem isolados, geralmente não acreditam em seu potencial, “Os sujeitos ouvintes veem os sujeitos surdos com curiosidade e, às vezes, zombam por eles serem diferentes” (STROBEL, 2008, p. 22). A nossa sociedade ainda não está preparada para receber o indivíduo surdo, pois não lhe oferece condições para que se desenvolva e consolide sua linguagem, sendo assim, podemos depreciar relatos que afirmam ser a surdez causadora de limitações cognitivas e afetivas, mas a verdadeira limitação está nas condições oferecidas a esse sujeito surdo.

Ainda no Brasil, conforme apresentado por Almeida e Almeida (2012), ocorreram muitas transformações e manifestações que estão diretamente relacionadas a esse início de inserção da Língua Brasileira de Sinais na sociedade, todas essas questões sofreram muita influência daquilo que se iniciou na Europa, mais especificamente na França, fazendo com que as pessoas pudessem ter mais conhecimento e garantia dos seus direitos, sobretudo quando se trata de questões relacionadas ao processo de comunicação, a partir disso, o desenvolvimento desses estudantes foi mais facilitado.

Ainda segundo Almeida e Almeida (2012), “[...] Eduard Huet (1822-1882), um professor surdo francês com mestrado em Paris, veio para o Brasil sob os cuidados do imperador D. Pedro II” (p. 316). Esse célebre professor veio a fundar, mais adiante, algo que se conheceu por Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro, ele teve muita influência na sociedade naquela época, fazendo com que seja tão reconhecido atualmente por parte das pessoas que fazem parte desse grupo, até aquela época, os surdos eram ligeiramente classificados como incapazes

por boa parte da sociedade, e a vinda de Huet serviria de grande correspondência para modificar toda aquela realidade criada (ALMEIDA; ALMEIDA, 2012).

Um dos fatores que podem ser identificados como de grande importância para o que ele acabou projetando, é que Eduart Huet também era surdo, e conhecia todas as dificuldades a que era acometido, logo de início, foram adotadas algumas didáticas e estratégias bastante específicas, que já eram trabalhadas e conhecidas pelo próprio professor, que é o caso da aprendizagem através do uso da própria Língua de Sinais, fazendo com que os surdos pudessem desenvolver as suas aptidões e poder se comunicar com maior facilidade (ALMEIDA; ALMEIDA, 2012).

Os primeiros passos de libras aqui no Brasil foram com o alfabeto manual, de origem francesa, os próprios alunos surdos vindos de vários lugares do Brasil, trazidos pelos pais, difundiram essa novidade onde viviam. E em 26 de setembro de 1857, fundou-se no Rio de Janeiro a primeira escola para surdos no Brasil, intitulada Instituto de Educação dos Surdos (INES) e nesse mesmo dia comemora-se o Dia Nacional dos Surdos no Brasil (ALMEIDA; ALMEIDA, 2012, p. 316).

As influências trazidas, ao Brasil, por Huet, sob participação e comando do atual imperador, Dom Pedro II, que ele já estava com viagem programada a outro país para transmitir seus conhecimentos diversos acerca do ensino de Libras, sendo assim, depois de mostrar todos os seus ideais pautados na Educação Europeia, além de ensinar o alfabeto manual aos surdos, “[...] Huet foi embora para lecionar no México devido a alguns problemas pessoais e o Instituto ficou no comando de Frei do Carmo” (ALMEIDA; ALMEIDA, 2012, p. 316).

Segundo Mazzotta (2003), em 1929, foi criado o Instituto para meninas surdas em Santa Teresinha, cidade localizada em São Paulo, onde duas freiras que se especializaram no Instituto de Bourg em Paris iniciaram as atividades de ensino para crianças surdas, a fundação da escola foi o fator marcante para os surdos brasileiros criarem a Língua Brasileira de Sinais que se originou da Língua de Sinais Francesa e das formas de comunicação já utilizadas pelos surdos de vários locais do país. Contudo em 1957, através da Lei nº 3.198 de 06 de julho de 1957 passa a chamar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Segundo Albres e Vilhalva (2005) os principais Institutos de Educação de Surdos tiveram seus moldes na educação francesa e conseqüentemente, independente da contradição entre ensino oral ou Língua de Sinais, carregam consigo a Língua Francesa de Sinais, prosseguiram diversos avanços no processo

da criação da língua de sinais e em 2002 foi promulgada uma lei que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização das comunidades surdas no Brasil.

Em 2005 foi regulamentado o decreto nº 5.626, que tornou obrigatório a atuação e a formação profissional de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa. Este documento garante ainda a obrigatoriedade do ensino de Libras na educação básica e no ensino superior - cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia e regulamenta a formação de professores da Libras o que abre um amplo espaço, nunca antes alcançado, para a discussão sobre a educação das pessoas com surdez, suas formas de ocorrência e socialização.

2.2 A Língua Natural das Pessoas com Surdez: Libras

Os seres humanos se relacionam e se comunicam de forma constante e gradativa atentos à dinâmica social, interiorizando instrumentos e signos, construindo e reconstruindo conhecimentos, estabelecendo relações e mergulhando em sua cultura, assim, o processo de desenvolvimento não ocorre de maneira única e não advém de uma única perspectiva, fatores como a maturação biológica e o ambiente sócio histórico se entrelaçam e promovem o desenvolvimento.

Segundo Vygotsky (1989) o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica na medida em que todas as funções intelectuais superiores se originam das relações entre indivíduos, nessa abordagem, a linguagem é essencial ao processo de desenvolvimento por mediar a nossa transformação de seres biológicos a seres socioculturais, destacando que é no processo de ensino-aprendizagem que ocorre a apropriação da cultura e o consequente desenvolvimento do indivíduo.

Para Vygotsky, a relação entre pensamento e linguagem é estreita. A linguagem (verbal, gestual e escrita) é nosso instrumento de relação com os outros e, por isso, é importantíssima a nossa constituição como sujeitos. Além disso, é através da linguagem que aprendemos a pensar (VYGOTSKY, 1989, p. 113).

Os surdos são considerados como indivíduos que possuem uma cultura bastante característica, pelo fato de que eles entendem o mundo com suas percepções visuais e as tornam acessíveis e ajustáveis para sua formação como

identidade surda, ou seja, a cultura surda abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Segundo Perlin (2003) Ser surdo é olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais com as quais se agenciam as dinâmicas de poder é uma experiência na convivência do ser na diferença, portanto a LIBRAS é evidenciada como uma língua própria de uma Cultura. Segundo Oliveira e Oliveira (2011), o surdo era considerado deficiente, e após essa conquista surge um novo conceito, em que é afirmado que os surdos possuem uma cultura, uma identidade e uma história específica.

Na educação percebe-se a grande necessidade de compreender a língua dos surdos pois para compreendê-los é preciso saber como se comunicam e como compreendem por meio dos sinais, de certa forma Libras é algo recente para sociedade geral como no campo da educação pois a inclusão de pessoas surdas surge em um cenário e contexto nas vivências sociais, de acordo com Santana (2015) às propostas de trabalho direcionadas a surdez tem se preocupado basicamente com as abordagens específicas no campo educacional, contudo emerge a necessidade de uma melhor compreensão por todos os atores sociais.

Segundo Santana (2015) a cultura surda é ainda muito recente o interesse, de forma mais sistemática, da linguística pelo tema. Antes, a surdez era objeto de estudo de médicos e educadores e, mais recentemente, de fonoaudiólogos.

Segundo Quadros (2004) as línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação as línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem.

A maioria das crianças que apresentam algum sinal aparente de surdez não adquiriram espontaneamente a língua oral-auditiva de seus pais ou a língua gesto-viso-espacial das comunidades surdas, isso geralmente causa distúrbios de linguagem, portanto, a criança necessita de uma educação linguística especial para esta aprendizagem, ou seja, um ambiente que consiga proporcionar, de forma ampla e constante, o ensino e a aprendizagem da língua de sinais. “A inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua

participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado”. (DAMÁZIO, 2007).

A perspectiva inclusiva para pessoas com surdez está na aquisição de uma língua, pois estas pessoas acreditam que sua identidade cultural está associada à mesma. A linguagem oral também pode constituir a identidade do surdo, mas sua identidade não está necessariamente relacionada à língua de sinais, mas sim à presença de uma língua que lhes dê a possibilidade de constituir-se no mundo como falante.

Segundo Strobel (2007) nascemos num mundo que já existia antes de deparar com a existência do povo surdo e, deste modo, devemos nos adaptar a este mundo e aprender com ele, esse mundo colonizador sobreviverá com a nossa estadia, sendo só permitido ao povo surdo o esforço na tentativa de se igualar aos colonizadores, isto é, aos sujeitos ouvintes, procurando agradar a sociedade usando as identidades mascaradas, eles precisam se expressar e participar de um ambiente escolar que desafie seu pensamento e exercite sua capacidade perceptivo-cognitiva, suas habilidades para atuar e interagir em um mundo social que é de todos, considerando o contraditório, o ambíguo, e as diferenças.

Segundo Albres (2012) por meio de Libras é possível aperfeiçoar os espaços de convivência dos surdos, pois essa linguagem contribui para atuação do professor como orientador oferecendo possibilidades de inclusão, a língua de sinais acaba por oferecer uma possibilidade de legitimação do surdo como sujeito de linguagem, ela é capaz de transformar a “anormalidade” em diferença, muitas pessoas não são preparadas para receber e atuar em conjunto a pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial, por pena ou acreditar que não são capazes de se portar como os demais.

O aluno surdo precisa de duas línguas: a língua de sinais como primeira língua e a língua oficial do país, e, outras línguas, como segunda língua para interagir com a comunidade ouvinte, por meio de uma relação intercultural assim construirá sua identidade.

A escola tem um papel fundamental para que a Libras possa ser difundida dentro da sociedade, principalmente quando houver alunos surdos dentro dos espaços educacionais que não têm contato com os demais alunos devido à falta de comunicação.

2.3 A Educação Inclusiva Para Surdos: Um Avanço Da Legislação E Das Políticas Educacionais

Conceituar educação não é nada fácil, já que ela envolve uma série de conceitos e se amplia em várias áreas, Libâneo (2002), especifica essa amplitude quando diz que “para uns importa mais a educação como instituição social, para outros, a educação como processo de escolarização”, portanto, é possível que cada um tenha um conceito de educação de acordo com sua área de atuação.

A educação participa do processo de criação de idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que em conjunto constroem tipos de sociedade, Siqueira (2002) se refere ao pensamento que o educador tem sobre a educação, afirmando que o educador acredita que entre homens, a educação é o que dá a forma e o polimento para que, a partir daí, a pessoa possa se construir, a saber:

Segundo Siqueira (2002) na medida em que se transforma, pelo desafio que aceita e que lhe vem do meio e para o qual volta sua ação o homem se educa e, na medida em que comunicamos resultados de sua experiência, ele ajuda os outros homens a se educarem, tornando-se solidários, no entanto, a educação tem a possibilidade de nos dar um norte para chegar onde queremos, pois já nascemos inclinados a aprender, com uma potencialidade enorme

A educação pode existir livre e pode também ser imposta por um sistema centralizado de poder, reforçando ainda mais a desigualdade social, alguns autores acreditam que educação e política não poderiam andar juntas, pois uma interfere na outra, apesar disso, muitas opiniões variam a esse respeito, quando se fala em educação, há uma tendência em relacioná-la à escola, predominando a ideia de que a escola é a única responsável pela educação do indivíduo.

Segundo Demo (2001) a educação deverá oferecer instrumentos e condições que ajudem o aluno a aprender a aprender, a aprender a pensar, a conviver e a amar, uma educação que ajude a formular hipóteses, construir caminhos, tomar decisões, tanto no plano individual quanto no plano coletivo.

A educação associa-se, pois, ao processo de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente preparado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas e valores.

Devemos aprender, sobretudo, a lidar com uma reequilibração permanente das sensibilidades, das emoções, da racionalidade, dos conhecimentos, por que nunca somos a mesma pessoa depois de ter aprendido alguma coisa significativa, por menor que eu seja.

Segundo Gadotti (2001) a mudança que acontece na qualidade das relações que mantêm a sociedade ativa é fruto de uma lenta e por vezes violenta maturação quantitativa, no interior dessas mesmas relações é uma guerra surda, cotidiana, e, até certo ponto, inglória, esse trabalho muitas vezes anônimo, do professor, por exemplo, processo de educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica que é travada no ambiente escolar.

É notório que o mundo na contemporaneidade pensa em educação e isso é importante para que haja uma mudança real e profunda e, para que estas mudanças ocorram é necessário que cada um, representantes governamentais, sociedade, escola e família assumam suas responsabilidades.

A escola como instituição, busca através de seu ensino, que seus alunos possam assumir a sua responsabilidade por este mundo, existem escolas que trabalham visivelmente no objetivo de reprodução dos valores e ideologias dominantes enquanto que outras assumem uma postura mais crítica, mas todas assumem posições políticas, pois a escolha dos conteúdos a serem ensinados, o estilo e o método deste ensino, suas regras, sua maneira de avaliar, de receber a família etc. traduzem os objetivos das instituições.

Entretanto, Freire (2000) evidencia que ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, uma tomada de posição, uma decisão, por vezes, até uma ruptura com o passado e o presente, para este renomado educador, as classes dominantes enxergam a educação como imobilizadora e ocultadora de verdades.

A educação é uma forma de intervir no mundo, dentro desta linha de pensamento de Freire (2000), que fala de educação como intervenção, e se refere a mudanças reais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, com referência a situação no Brasil e em outros países da América Latina.

As políticas educacionais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo país assim constituem uma realidade que se apresenta

às pessoas como um mecanismo que pode diminuir as diferenças sociais da realidade presente, neste sentido acredita-se que essas políticas na educação são uma forma mais eficiente de socializar os custos de reprodução da força do trabalho.

As políticas sociais cumprem uma função social. Elas têm uma clara e real função de gerar certa redistribuição dos recursos sociais. Assim, primeiramente, prestam serviços sociais e assistenciais necessários para a população (urbanização, atendimento sanitário e educação pública, subsídios no transporte e etc.) e, em segundo lugar, outorgam um complemento ou subsídio salarial por meio da dotação direta e indireta, de dinheiro a população carente. No entanto, na verdade esta função máscara encobre as funções essenciais que as políticas sociais desempenham. (MONTAÑO, 2009, p. 86).

De acordo com Faleiros (1991) as políticas sociais e educacionais são vistas como uma conquista dos trabalhadores como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão, as políticas sociais para reverter a situação de desigualdades são escassas, insuficientes para atingir determinados objetivos.

Mas as políticas sociais atreladas às mudanças sociais contemporâneas configuram um campo de reflexões em que a tecnologia é apontada como um dos principais fatores que influenciam no trabalho do profissional do Serviço Social e na formação da sociedade da informação.

Segundo Piana (2009) a legislações brasileiras reformuladas têm defendido uma educação de acesso a todo cidadão, de qualidade e uma iminente inserção no mercado profissional e no mundo do trabalho, mas nem sempre se tornam realidade esses discursos, não passando de meras ilusões e umas educacionais.

Acredita-se que a Educação, nos últimos tempos, ocupou lugar de destaque nas esferas econômico, política e cultural e um campo da vida social de tensão pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais, especialmente para conquistar a hegemonia política e cultural na sociedade, mas é necessária uma visão ainda maior no campo educacional, principalmente o aperfeiçoamento de políticas que sustentam a base do nosso ensino.

De acordo GENTILI (2013) existiam grandes avanços nos marcos considerados legais – com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação –, que definem as bases de um Sistema Nacional de Educação, e articulam os sistemas de ensino federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais com autonomia, responsabilidades próprias e competências comuns.

Mesmo com a definição de competências e de atribuições educacionais sendo instituído, o país precisa avançar mais na consolidação das condições para a efetivação de uma política pública articulada e eficaz na efetivação do direito à qualidade da educação para todos e todas, escola nem sempre está preparada para lidar com tantos desafios, principalmente de ordem social, onde a vulnerabilidade família tem um impacto estrutural na vida dos educandos.

Com o passar dos séculos os direitos à inclusão dos alunos surdos nas escolas ganhou reforço, as leis mudaram e as técnicas para receber esses alunos na sala de aula foram aprimoradas, apesar de que a Constituição Brasileira de 1988 já assegurava a todas as crianças brasileiras o direito de frequentar as escolas, e como um dos seus objetivos fundamentais nos esclarece que a escola é um bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV).

Entre algumas das conhecidas regulamentações referentes ao ensino da Libras, há de se destacar, principalmente, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que é justamente a que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como sendo uma forma legalizada de promover o processo de comunicação e expressão dos surdos, esta pode ser considerada como uma das mais importantes leis relacionadas às pessoas surdas, porque desde o seu surgimento, ela vem dando ainda mais reconhecimento e visibilidade a essa população, que é de mais de 10 milhões de pessoas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009).

Logo em seus três primeiros artigos, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 mostra a força que ela tem no universo da língua de sinais:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento

adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Outra regulamentação que é tão importante quando a citada anteriormente, é o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Ele tem sua importância reconhecida, pelo fato de que regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Um dos seus pontos mais fortes é o artigo em que ela põe como dever das instituições federais a garantia às pessoas surdas de acesso à comunicação, informação e educação nos processos relacionados ao ensino-aprendizagem (atividades seletivas, conteúdos curriculares etc.), da educação infantil à superior (FACION, 2009).

Um dos pontos mais fundamentais desse decreto, assim como de todas as outras regulamentações sobre a Libras, é o fato de que eles transferem e mostram que é de total responsabilidade dos estabelecimentos de ensino e instituições federativas a garantia dos direitos às pessoas surdas. O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, apresenta duas metas específicas que estão diretamente relacionadas às pessoas surdas: na meta 4.7, o plano garante a oferta da Libras para ser primeira língua na educação bilíngue e segunda língua na modalidade escrita da Língua Portuguesa, além desta, também há a meta 4.13, que apoia que sejam ampliadas as equipes de profissionais da educação, visando atender às demandas referentes aos alunos que possuem alguma deficiência é preciso, dessa forma, que os professores estejam devidamente capacitados para atuar com esses estudantes (BRASIL, 2001).

Ainda assim, pode ser citada a Carta Magna do Brasil, que é a Constituição Federal, que dispõe sobre as especificações mais gerais e fundamentais de regimento do país, da mesma forma, também é possível de se citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dispõe sobre todas as funções mais básicas do regime de educação do Brasil, sendo considerada a principal (BRASIL, 1988).

Esse acesso à escola regular é de suma importância às pessoas surdas, pois eles terão as mesmas condições de se desenvolver socialmente e culturalmente, como os alunos ouvintes, segundo Quadros(1997) para que a educação inclusiva seja realmente efetiva e eficaz nas escolas, é necessário efetuar mudanças na sua proposta pedagógica e vários programas podem ser desenvolvidos atividades: com os pais, orientadas por adultos surdos e profissionais especializados, a discussão sobre aspectos sociais, linguísticos e culturais da comunidade surda; programas

para os pais e seus filhos que envolvam a interação usando a Libras (jogos, brincadeiras, passeios), e visitas sistemáticas às residências dos alunos feitas por pessoas surdas.

Portanto deve-se assegurar a todos os alunos igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sem sofrer qualquer tipo de discriminação, é um princípio constitucional, mas ainda não faz parte da vida de um número significativo de crianças e jovens Portadores de Necessidades Especiais (PNE) (Brasil, 2004).

Apesar da evolução das leis o preconceito e a discriminação persistem aos surdos, mas essa situação deve ser superada principalmente no âmbito educacional, essa ideia de que todos têm direito a escola e a educação de qualidade sem preconceitos é confirmada na Declaração de Salamanca de 1994, que nos afirma que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Só por estes dispositivos legais não se poderia negar a todos os alunos surdos brasileiros o acesso à sala de aula nas escolas comuns, porém, os surdos se fortaleceram e reivindicaram os seus direitos para que sua língua fosse reconhecida por lei e que os alunos aprendessem a sua língua nas escolas, valorizando sua condição sociocultural, eles são parte fundamental em todas as conquistas que aconteceram ao longo dos anos na comunidade.

Dessa forma a Língua de Sinais utilizada no Brasil teve sua oficialização pela lei 10.436/02 e o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 graças à persistência e luta das comunidades surdas à referida Segundo Brasil (2005) linguagem de Libras é reconhecida por meios legais como comunicação e expressão formada por um sistema linguístico visual e motora.

Através dessas conquistas citadas na lei e no decreto as instituições de ensino e a sociedade de um modo geral tiveram que se adequar a esses regimentos legais, esse direito garantido por lei traz significados na vida social da pessoa surda, no que tange as escolas, as mesmas não podem recusar-se a matricular criança ou jovem surdo, sob pena de multa e prisão por discriminação.

2.4 As Práticas Pedagógicas dos Professores na Educação Inclusiva

Conhecer o educando é um passo importante para que a prática pedagógica tenha um resultado positivo, um outro fator é reconhecer que precisa mudar e aperfeiçoar sua prática pedagógica e para que isso aconteça o educador precisa acreditar no seu potencial e ser um pesquisador em busca de melhorias profissionais com o objetivo de uma educação de qualidade, entretanto sem acompanhar a evolução tecnológica essa tarefa se torna bastante difícil.

Muitos são os desafios que os educadores enfrentam na realidade das salas de aula, esses desafios estão ligados a fatores externos e internos da escola e sociedade, a inclusão de alunos surdos na rede regular não se limita ao ingresso do mesmo, mas requer uma igualdade de oportunidades a todos os alunos, sem distinção, com professores capacitados e comprometidos. (BARBOSA 2008, apud FERREIRA *et al.* 2010)

Portanto o sucesso do ensino em sala de aula depende da forma como o professor conduz as suas atividades, adequando às necessidades dos alunos, no entanto no que tange a Educação Inclusiva para surdos, os desafios por parte dos professores são evidentes, visto que muitos desconhecem a cultura surda, e não tem o domínio de Libras- Língua Brasileira de Sinais, a forma como os surdos aprendem a escrita da língua oral.

Outro fator importante a ser ultrapassado é a formação dos professores, a escola deve proporcionar aos mesmos, suporte e assistência para que o docente tenha uma atuação de qualidade, nessa concepção os professores e a escola precisam estar preparados para acompanhar, enfrentar e procurar superar estes desafios. Nóvoa (2002, p. 23) afirma que: “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”.

Dessa forma, é necessário compreender o ensino como prática social, vivenciada a partir de interações sociais, reconhecendo que sua abordagem não se limita a um conhecimento preciso, objetivo e instrumental.

Para solucionar esses desafios é importante que as escolas criem estruturas e programas de apoio aos professores na capacitação e remuneração adequada, e possibilitem espaços adequados que possam estimular o aprendizado dos alunos

com necessidades educativas especiais e, se possível, estimular a participação de pessoas da comunidade ou de outras instituições.

É responsabilidade da escola e dos professores buscar novos conhecimentos e práticas para o processo de ensino-aprendizagem desses alunos, as capacitações devem ser constantes, para que os profissionais da educação estejam sempre atualizados com relação a novas formas de lidar com estudantes surdos, segundo Pimentel, Pimentel e Santos (2012), é compromisso dos professores estarem preparados para a inclusão dos alunos surdos na sala de aula, porque eles fazem parte de toda a constituição e desenvolvimento desses estudantes, devendo estimular diariamente para que alcancem seus objetivos, a inclusão parte, portanto, de todas as esferas da sociedade, devendo começar em casa e na própria escola, porque são os dois primeiros ambientes em que o estudante convive.

Conforme Ferreira *et al.* (2010), para que a criança surda alcance o seu desenvolvimento total, a inclusão necessita de acompanhamento adequado e para isso deve-se considerar a capacidade dos professores desempenharem esse trabalho, é importante que o professor possua conhecimento de métodos e técnicas adequadas para a realização de um trabalho sistemático e contínuo de acompanhamento ao desenvolvimento do aluno surdo.

Para Sassaki (2011), é necessário a capacitação periódica de todos os servidores sobre Educação Inclusiva no que diz respeito ao apoio técnico pedagógico, pois isso pode contribuir para evasão escolar e, como está descrito em, Brasil (2004) as famílias quando não encontram escolas organizadas e adaptadas para receber os alunos surdos costumam não os matricular.

A função da escola é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores indispensáveis para o ser humano viver em sociedade, por isso é necessário ultrapassar a ideia de que a função da escola é a transmissão de conteúdo, a escola tem um papel fundamental para que a Libras possa ser difundida dentro da sociedade, principalmente quando houver alunos surdos dentro dos espaços educacionais que não têm contato com os demais alunos devido à falta de comunicação.

Segundo Dias (2010) o sistema educacional é um dos mais importantes instrumentos de socialização nas sociedades modernas, através dele pode-se formar o caráter de um povo, se inculcam valores que podem ser assumidos pelos

indivíduos como característicos da cultura e incorporando-se ao estereótipo que tem de si.

Ainda de acordo com Dias (2010) a educação é uma das atividades básicas das sociedades humanas, é o processo pelo qual a sociedade procura transmitir suas tradições e neste sentido acredita-se que é importante a vinculação entre o serviço social e educação visto que os dois trabalham na busca da superação de problemas afins voltados para superação de problemas familiares e de ordem social.

De acordo Almeida (2012) a educação é uma das formas de assegurar a socialização e no Brasil de acordo a Constituição Federal de 1998 e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9394/96 a educação é um direito social que deve ser garantido a todos.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, LDB 9394, p.1).

Para que ocorresse de forma correta e constante a inclusão dos alunos surdos se efetive integralmente no processo educacional é necessário o ensino de Libras para os demais alunos e profissionais da comunidade escolar, uma vez que esse é um espaço do educar, da busca e valorização do humano, do respeito às diferenças e da conscientização da sociedade mais justa e humana, é preciso um trabalho conjunto para que todos tenham acesso à comunicação, tanto alunos, quanto professores e demais profissionais.

A aprendizagem escolar, por sua vez, orienta e estimula processos internos e externos de desenvolvimento, seguindo os aspectos abordados por Vygotsky no que tange o desenvolvimento dos sujeitos e o processo de aprendizagem, surge através de um olhar prospectivo, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal como: “(...) a distância entre o nível de desenvolvimento real atual e o nível de desenvolvimento potencial, determinado mediante a resolução de problemas com o auxílio de adultos ou companheiros mais capazes” (VYGOTSKY, 1989, p. 97), nesse contexto, a aprendizagem e o desenvolvimento são processos distintos, porém, interdependentes, sendo que a aprendizagem tem a função de despertar processos

internos de desenvolvimento que ainda não se manifestaram nos indivíduos, prevendo-se que o ensino adiante o desenvolvimento.

O professor precisa compreender melhor o educando e refletir suas práticas pedagógicas para poder fazer um trabalho contextualizado, com base na realidade do educando e isso enriquece o processo educativo. Segundo Freire (1996) o professor deve conhecer as estratégias para facilitar a aprendizagem construtivista do aluno surdo mediando as informações e as experiências de interação.

Portanto, a sala de aula é um espaço de construção contínua onde professores e alunos integram medidas pelo conhecimento. Desafiadora, instigante, espaço de desejo de negociação ou resistência, a sala de aula é reveladora de novos acertos ou de novos conflitos. Torná-lo um espaço de construção de experiências educativas relevantes para professores e alunos é uma questão desafiante a os educadores.

2.4.1 Papel do Professor de Educação Física na Inclusão Escolar

No que diz respeito às práticas que são realizadas nas aulas de Educação Física, é possível de se identificar um grande papel a ser desempenhado pelos profissionais de Educação Física, atuantes, nesse momento, como professores da mesma disciplina, é preciso fazer com que todos estejam diretamente ligados e fazendo o mesmo papel para quebrar esse preconceito que existe na humanidade com relação ao potencial existente pelos alunos que apresentam necessidade de atendimento especializado, devendo proporcionar evolução (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

No início dos tempos, os exercícios e práticas de Educação Física eram realizados pelas pessoas para desenvolvimento de atletas voltados a disputas de jogos e medalhas, sobretudo depois do surgimento dos Jogos Olímpicos, naquele momento, apenas os indivíduos considerados mais fortes e, como eram classificados, “normais”, eram mais bem vistos na sociedade, também por motivos de lutar por seu país nas guerras, deixando as pessoas consideradas especiais de lado, esquecidos pelo restante da humanidade, em casas isoladas dos demais (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Depois de tempos de muita luta, a Educação Especial e, conseqüentemente, a Educação Inclusiva, surgem com o intuito de buscar melhorias e garantia dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, incluindo-os na

sociedade, porque não são diferentes dos demais, apenas possuem particularidades, nas escolas, por exemplo, os alunos especiais eram colocados em salas separadas dos demais estudantes, para que tivessem aulas particulares, por apresentarem especificidades em seu cotidiano, isso, no entanto, só faz com que o desenvolvimento seja mais tardio, porque ele mesmo irá se considerar incapaz de evoluir, vendo que os outros são colocados juntos e separados dele (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

No momento da inclusão de crianças e jovens que apresentam a surdes, ou qualquer outra necessidade especial, no ambiente escolar, é preciso vencer o desafio da integralização e socialização, além do respeito das outras crianças presentes na sala de aula, para que haja promoção de um ensino de qualidade, é preciso que esse desafio seja vencido ou contornado, com atuação direta dos professores, todos precisam primeiro, reconhecer as necessidades particulares de cada aluno, fazendo com que haja desenvolvimento destes (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

O professor deve se preparar para a inclusão, é preciso garantir os direitos de cada estudante, o professor de educação física, por exemplo, deve adaptar suas aulas, desde os conhecimentos básicos, até as partes práticas, fazendo com que todos participem, os alunos devem ser a prioridade, e não o esporte deve-se agir com flexibilidade, estimulando a criatividade, facilitando a aprendizagem e resolvendo os problemas do desenvolvimento de tarefas de cada (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Os professores, segundo Oliveira *et al.* (2015), devem fazer com que esses alunos sintam, quando se destaca a prática das atividades físicas, o prazer em estudar e participar das aulas, é preciso transformar a incapacidade em capacidade, elevando a autoestima e eliminando a exclusão, não há, portanto, métodos perfeitos para trabalhar educação física com alunos deficientes, porque cada situação é específica, vale sempre, estudar cada momento e trabalhar da forma correta.

Justamente por esse motivo, a Educação Inclusiva busca garantir exatamente a inclusão e, para incluir, não se pode isolar, é preciso tratar o aluno especial como igual aos demais, para que ele sinta mais estímulo para conseguir seu desenvolvimento, na Educação Física não deve ser diferente, como se trata de uma aula mais específica, que exige maior movimento do corpo, alguns alunos possuem maiores dificuldades para produzir os movimentos, é nesse momento que os professores e profissionais de Educação Física devem entrar, eles são responsáveis

por garantir que esses estudantes tenham o incentivo que precisam para buscar melhorar seus movimentos corporais (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Para que isso ocorra, os docentes da Educação Física devem estar sempre preparados e buscando novas capacitações e especializações sobre como devem lidar com esses estudantes, a escola precisa fazer com que o ambiente seja o melhor para os alunos que possuem necessidades especiais, além de trabalhar com os demais estudantes, é preciso destacar, nesse momento, o papel que a família possui, sendo tão importante quanto os próprios professores (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

2.5 A Importância do Projeto Político Pedagógico no Processo de Inclusão

Diante desta reflexão sobre a importância do planejamento no cotidiano escolar, percebe-se que é impossível realizar sem antes planejar, pois o planejamento consiste em pensar e refletir, nessa perspectiva, para que todo processo de elaboração de um projeto possa atingir determinado objetivo, é imprescindível pensar e repensar na avaliação, pois esta é parte essencial na composição do planejamento, sendo que o educador deve ter claro como irá avaliar seu educando, se não for assim, o professor estará fazendo apenas a verificação de conteúdos aprendidos.

Segundo Nogueira (1995) projetar é estabelecer um plano, um intento, um desígnio, assim, a construção de um projeto significa pensar o que se quer e o que se deseja, o projeto parte da vontade de melhorar algo, alguma coisa e, sendo assim, nasce da necessidade de uma realidade existente para uma realidade que se deseja.

Projeto político pedagógico: ação intencional. Compromisso sócio-político no sentido de compromisso com a formação do cidadão, para um tipo de sociedade e pedagógico: no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para que essas cumpram seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1995, p.22).

Segundo Veiga (1995) a construção do Projeto Político Pedagógico é uma das etapas mais necessárias que ocorrem nas escolas, pois independentemente de qualquer decisão política ou exigência legal a proposta pedagógica é o norte da escola, definindo os caminhos que uma determinada comunidade busca para si e para quem se agrega em seu entorno.

A necessidade de reflexão sobre a prática a partir da apropriação de teorias como marco para as melhorias da prática de ensino, em que o professor é ajudado a compreender seu próprio pensamento e a refletir de modo crítico sobre sua prática e também, a aprimorar seu modo de agir seu saber-fazer, internalizando novos instrumentos de ação” (LIBÂNEO ,2002, p. 70).

No entanto, para que todos esses objetivos possam ser possíveis, o corpo docente da instituição deve ter a formação continuada como uma de suas prioridades para que possa assim acompanhar o avanço tecnológico e a inovação de suas práticas pedagógicas se tornem realidade, pois, o dia-a-dia dos profissionais em educação certamente é um constante desafio e segundo Arroyo (2000) precisamos de fantasias e sobretudo precisamos reinventar valores e crenças para suportar nossa docência, a docência só é suportável, reinventada a cada dia como a vida”.

No entanto, a escola inclusiva deve fundamentar sua proposta pedagógica a partir do Projeto Político Pedagógico que deve representar todos os objetivos da instituição, uma vez que o PPP se constitui no principal ponto de orientação das atividades curriculares e da organização da escola.

Do ponto de vista a inclusão em todos os seus aspectos precisa estar descrita no PPP uma vez que é preciso inserir de forma plena as estratégias que garantam a aprendizagem de todos os educandos independente de sua necessidade especial e nesse contexto é preciso que toda a comunidade escolar participe ativamente do processo inclusivo e garantia da aprendizagem de todos os alunos.

É um instrumento teórico metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição. (VASCONCELOS, 1995, p. 143).

Nesse contexto, o PPP deve ser elaborado para ser aplicado a médio e longo prazo com a participação da comunidade, dos pais, de todo o corpo docente e alunos da unidade escolar, o mesmo deve contemplar ações voltadas para a formação do cidadão e deixar claras as ideais e desejos de superar todos os anseios e dificuldades apontados pela instituição assim como ser flexível para rever os pontos negativos para uma retomada de decisões sempre com o objetivo de atender as reais necessidades do educando durante a aplicação do mesmo.

E sobre esse aspecto Veiga, (1995) afirma que “é necessário decidir, coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para se atingir a almejada cidadania”.

Entretanto, as dificuldades em conciliar a participação de todos e o processo democrático com opiniões e ideias diferenciados frente a um projeto distensível são evidentes, porém quando se tem compromisso com a formação do cidadão, a coerência e a motivação por um ideal comum acabam, falando mais alto, deixando-se levar pelo espírito de mudanças, pois renovar é preciso por uma educação melhor e, como diz Arroyo, (2000): “Recentemente vem crescendo o grupo de profissão, mas que repensam cada vez com maior empenho os conteúdos de sua docência e neles se repensam”.

É indispensável saber que o PPP é o elemento fundamental para a gestão escolar, que deve ser revisto anualmente e renovado, se necessário, ou seja, se algumas ações alcançaram o êxito desejado os discentes devem substituí-las com novas ideias que atendam às necessidades educacionais, ressaltamos que o mesmo é uma exigência instituída pela LDB – Lei 9394/96, contendo todas as atividades educacionais representando assim a identidade da instituição a qual pertence.

Segundo Veiga (1995) os educadores precisam aprofundar seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que os mesmos estão aprendendo na sala de aula, mas, para que tudo isso se torne uma realidade, é necessário que o corpo docente e o corpo discente da instituição caminhem juntos para o bem comum e principalmente os educadores se conscientizem da dimensão do seu trabalho em prol da educação.

Segundo diz Freire (1997) tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também, tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o imenso trabalho que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente, portanto, a educação é, e continuará sendo um desafio constante no cotidiano dos profissionais em educação.

Porém, o trabalho coletivo e a unidade institucional como prioridade de um grupo, certamente serão elementos fundamentais para que qualquer projeto tenha êxito após sua conclusão e avaliação, assim, a função social da escola é formar um cidadão crítico e reflexivo, capaz de escrever os seus direitos diante da sociedade a

qual está inserido e que o PPP exerce uma função relevante para que a escola cumpra o seu papel.

Dessa forma é importante dimensionar as disposições que acontecem no currículo escolar por projetos de trabalho, pois estes vêm a fornecer alguns subsídios para que ocorra uma pedagogia consideravelmente dinâmica, centrada na criatividade e atividades discentes, numa perspectiva de construção do conhecimento pelos alunos, mais do que transmissão dos conhecimentos pelo educador, sendo assim, a aprendizagem passa a ser vista como um processo complexo e global, no qual a teoria e prática se dissociam.

Analizando, ainda nesse contexto, a importância do currículo escolar, percebe-se a sua ação direta e indireta na formação e desenvolvimento do aluno é notável que a ideologia da cultura e do poder existentes nele é determinante no resultado educacional que se almeja alcançar, por esta razão é que o currículo se constitui como elemento central do Projeto Político Pedagógico.

A educação deveria conscientizar os oprimidos acerca da realidade social, capacitando-os a refletir sobre sua vida, suas responsabilidades e o papel que desempenham diante das injustiças sociais. Para que isso ocorra, propõe superar o currículo tradicional, abstrato, teórico e dissociado do cotidiano” (VEIGA, 1995, p.25)

Cabe também à implementação de um currículo que atenda a demanda escolar, é necessário que a escola associe o mesmo a sua identidade bem como sua organização e funcionamento, neste sentido

Nessa concepção, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo suas finalidades. Assim, pode ser visto como um guia sugerido sobre o quê, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar. A concepção de currículo inclui, portanto, desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula. Relaciona princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação. (PCN 1998 p. 31).

O PPP da Escola deve estar atrelado à concepção curricular pleiteando intimamente a educação que se quer alcançar, neste sentido tem um caráter político que reflete os interesses e particularidades da Comunidade Escolar, a escola deve requerer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos atendendo e alcançando as necessidades especiais dos

alunos atendidas no âmbito da escola regular modificando não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas, também, que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades.

Por este prisma, a visão social da educação e currículo consiste em provocar no indivíduo atitudes de reflexão sobre si e sobre o contexto social em que está inserido, sendo assim no processo de ensino-aprendizagem deve se constituir em uma prática social de posturas e opções de caráter ético que leve à emancipação do cidadão e a transformação do país.

Segundo Souza (2007) o currículo da escola inclusiva na perspectiva inclusiva deve seguir um progressivo aperfeiçoamento de estratégias e procedimentos integrados permitindo a evolução da aprendizagem e as práticas pedagógicas devem ser voltadas em prol da inclusão.

Com base no reconhecimento da diversidade existente na população escolar e na necessidade de respeitar e atender a essa diversidade, o presente trabalho focaliza o currículo como ferramenta básica da escolarização; busca dimensionar o sentido e o alcance que se pretende dar às adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente; e admite decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atenderá diversificação de necessidades dos alunos na escola. (PCN 1998 p.15).

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) servem como um apontamento da necessidade da construção de um PPP que atenda e respeite a diversidade tendo o currículo como forte aliado para que as ações educativas sejam alcançadas de forma eficaz durante todo o processo de implementação a médio ou longo prazo da proposta pedagógica escolar.

É preciso que as escolas tenham em seu contexto pedagógico ações voltadas para a aprendizagem no processo de inclusão do aluno surdo e segundo Freire (1996) o currículo escolar que norteia o Projeto Político Pedagógico na perspectiva inclusiva precisa ter como meta a integração escolar do aluno surdo fazendo-o participar da vida e das atividades do âmbito escolar.

Em aparato a esse contexto freire (1996) conceitua que o progresso e transformação de uma escola realmente inclusiva depende da implementação de estratégias que alimentem as diferentes barreiras de comunicação e de aprendizagens significativas para o aluno surdo.

Dois documentos de igual importância no que diz respeito à educação, de forma geral, não apenas quando se trata de alunos com algum tipo de deficiência, são a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), ambos são constituídos de princípios bastante norteadores da educação nacional, servindo de base para que os responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem saibam como lidar com essas questões, promovendo a evolução e todos os estudantes da rede (BRASIL, 1998).

A BNCC, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), serve para dar um norte aos currículos dos mais variados sistemas de ensino do Brasil, além de analisar propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas, devendo garantir ensino de qualidade e equidade a todos os estudantes, ela estabelece, além disso, os conhecimentos, competências e habilidades que devem ser retirados dos estudantes, para que eles possam desenvolver ao longo do seu caminho escolar, apresenta, também, princípios de ética e cidadania que devem ser ensinados pelos educadores, direcionando a escola (GENTILI, 2013).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são outras regulamentações e diretrizes que foram elaboradas pelo Governo Federal que servem, também, para orientar a educação do país, eles são separados por disciplina, devendo ser adotados pelas escolas da rede pública e privada e seguidos em caráter obrigatório, os PCN devem ser de conhecimento básico de todos os professores e diretores de quaisquer redes de ensino, porque irão auxiliar diretamente na oferta de um ensino mais qualificado e que possa atender a todas as pessoas (BRASIL, 1998).

É fundamental que as pessoas tenham muito interesse em conhecer e aprender a respeito do PCN e da BNCC, porque eles, assim como as mais variadas Leis e Decretos sobre a educação, são documentos muito interessantes para garantia da educação das crianças, o desenvolvimento da educação inclusiva e dos alunos que apresentam alguma necessidade de atendimento especializado são total responsabilidade das escolas, também necessitando da participação da família, que precisa cobrar de todos que os direitos sejam garantidos (BRASIL, 2004).

3 MARCO METODOLÓGICO

Do ponto de vista de Minayo (2009) a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade incluindo o método e os instrumentos de pesquisa que aproximam o pesquisador da realidade a ser compreendida nessa mesma perspectiva Minayo (2009) infere que a pesquisa é uma atividade básica das ciências sociais na indagação e construção da realidade.

A metodologia deve ser apresentada como um tipo de ciência que estuda os caminhos e os instrumentos usados para se fazer o conhecimento, na qual permite promover questionamentos acerca dos limites da capacidade de conhecer e de interferir na realidade, abrindo e sugerindo ferramentas que possam cada vez mais contribuir para a obtenção e construção do saber.

A pesquisa que será abordada neste trabalho é denominada bibliográfica, ou seja, é um caminho que o pesquisador precisa percorrer para encontrar a construção de conhecimentos que são originados da vida cotidiana dos atores sociais envolvidos no ambiente escolar.

Para que fossem atendidos os objetivos inicialmente apresentados, foram utilizadas como fontes as bases de dados Google Acadêmico e SciELO. A pesquisa teve sua realização entre os meses de abril e julho de 2021, sendo efetuada por apenas um pesquisador, como descritores: inclusão escolar e social dos surdos; surdez e inclusão na sociedade; papel da escola no processo de inclusão; professores e família como facilitadores da inclusão, foram utilizados livros e artigos científicos, no idioma português, publicados entre 1988 e 2015, bem como Leis e Decretos relacionados ao tema da pesquisa.

Os procedimentos serão a Leitura Exploratória do material selecionado, leitura seletiva, aprofundando-se nas partes de interesse e registro das informações coletadas de fontes em instrumento específico: autores, método, resultado e conclusão.

A metodologia com enfoque na pesquisa bibliográfica que surge como uma proposta de investigação, sem perder seu caráter científico, possibilita que o investigado tenha maior participação, apropriação do processo e dos resultados possibilitando assim a construção do conhecimento e como tal método aceita o

ponto de vista do investigado, como dado de análise traz uma riqueza maior quanto à realidade estudada

Minayo (2009) mostra que a pesquisa é fundamental ao processo investigativo pois mostra uma indagação sobre a realidade buscando compreender e solucionar certo problema.

Nessa pesquisa foi escolhida a pesquisa bibliográfica, pois entendemos que é fundamental a investigação e embasamento teórico, ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos, portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente.

Considerando que toda pesquisa bibliográfica precisa ser fundamentada em autores que já publicaram obras que tem aporte científico acreditamos que os livros e artigos científicos citados e estudados nesta monografia partem do princípio legal que a inclusão do surdo deve ser estudada com cautela e de forma minuciosa, logo na metodologia aqui mencionada utilizamos critérios de inclusão e exclusão.

4 MARCO ANALÍTICO

4.1 Resultados e Discussão

Considerando o critério de inclusão disposto na metodologia da pesquisa bibliográfica nesta pesquisa foi possível refletir e ao mesmo tempo obter respostas para as inquietações iniciais da pesquisa.

Considerando a importância de o marco teórico ser fundamentado partindo da pesquisa bibliográfica escolhemos para este trabalho autores como: Albres (2005); Barbosa (2001), Damásio (2007), Dias (1999), Fernandes (1998), Ferreira (2010), Faleiros (1996), Freire (1996), Gadotti (2001), Libâneo (2002), Mazzota (2003) e outros.

Relacionando essa análise aos conceitos fundamentados na teoria, percebemos que os autores comprovam de forma conceitual suas ideias e estudos, a escola é o lugar de vivências, interação e sociabilidade entre educadores, alunos, gestores e demais funcionários. Todos devem estar envolvidos nesse processo de inclusão do aluno surdo, pois isso é fundamental para aprendizagem significativa desses alunos.

Podemos destacar que sendo a escola o local de aprendizagens, o professor é essencial para que a aprendizagem do aluno surdo aconteça de forma inclusiva e eficaz, cabendo o mesmo buscar também aprender como lidar com o aluno surdo uma vez que a linguagem de libras deve fazer parte do cotidiano do professor, a fim de inseri-lo na cultura do aluno surdo e ao mesmo tempo mediando a aprendizagem de forma significativa.

Tomando como referência o aporte teórico do capítulo 1 podemos perceber a importância da cultura do surdo no que se refere à linguagem e comunicação e segundo Quadros (2004) as línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, consequentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação sendo consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem.

E conforme nos mostra Strobel (2007) o povo surdo tem a cultura surda, que é representada pelo seu mundo visual, no entanto, a sociedade em geral não a

conhece e por isso nada deve ser dito sobre ela, para representação social precisamos nos submeter à cultura do colonizador, neste caso a cultura ouvinte, na forma de como ela é, nascemos num mundo que já existia antes de deparar com a existência do povo surdo e, deste modo, devemos nos adaptar a este mundo e aprender com ele.

É possível observarmos, percebemos a grande importância da língua de sinais para o surdo pois ela possibilita a interação e comunicação social entre os surdos e também com aqueles que se dispõe a aprender esse tão importante meio comunicativo, o contexto social requer do educador uma postura de luta política e cultural, onde a relação com os novos conhecimentos seja pautada em um desafio. Nesse sentido, ensinar e aprender libras são um desafio que requer reflexão, pois está em uma função a desempenhar socialmente, que é a de formar cidadãos conscientes em uma sociedade marcada por profundas desigualdades.

A escola que busca em seus princípios estabelecer a igualdade e oportunidades para todos, logo precisa ser fortalecida e vivenciada pelos alunos que por ela passam, na tentativa de alcançar objetivos através de uma boa instrução e uma boa formação básica, que só a escola pode oferecer.

A função social da escola além de formar pessoas contribuem para formação ética numa perspectiva social e para isso precisa de políticas sociais e educacionais é importante salientar que na educação brasileira, as políticas educacionais precisam acompanhar o desenvolvimento e as necessidades da sociedade, portanto é preciso que essas políticas possam atender ao processo de desenvolvimento político e econômico.

Na educação as políticas educacionais contribuem para o processo de inclusão escolar, quando são direcionadas para um bem coletivo fundamentado na igualdade entre os educandos com diferentes necessidades especiais, segundo Faleiros (1991) as políticas sociais e educacionais são vistas como uma conquista dos trabalhadores como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. As políticas sociais para reverter à situação de desigualdades são escassas, insuficientes para atingir determinados objetivos e Legislações brasileiras reformuladas têm defendido uma educação de acesso a todo cidadão, de qualidade e Piana (2009) uma iminente inserção no mercado profissional e no mundo do trabalho. A partir desses conceitos podemos destacar a importância

dessas políticas que de certa forma contribuem para combater as desigualdades contribuindo para o processo educativo na formação do cidadão.

Podemos ressaltar que as políticas voltadas para educação no contexto dos brasileiros estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo país, assim constituem uma realidade que se apresentam às pessoas como um mecanismo que pode diminuir as diferenças sociais da realidade presente na educação no que se refere à inclusão escolar do aluno surdo.

O professor precisa ser criativo possibilitando momentos onde o educando possa construir conhecimento, sem esquecer-se de que não é o detentor do saber e sim um mediador e deve agir como tal, no processo educacional percebemos a grande importância do papel do professor, contudo é preciso que a formação continuada seja fundamental à prática e o exercício docente pois estamos inseridos em uma sociedade que muda e cresce a cada instante, faz-se necessário que o educador convicto de sua escolha profissional, valorize a formação continuada, pois ensinar é continuar aprendendo ao longo da vida.

Diante dos desafios sociais da educação inclusiva, em que há tantas transformações, o professor precisa ser pesquisador, reflexivo, crítico e transformador sendo fortemente um profissional competente voltado para transformação social e para a formação ética de seus alunos numa sociedade que muitas vezes é excludente e a inclusão de alunos com necessidades especiais ainda é um desafio.

Estando rodeado por tantos desafios o educador precisa atuar de forma plena considerando a prática cotidiana e observando que ainda existem alguns obstáculos a serem superados no que se refere a inclusão do surdo sendo preciso capacitações para lidar também com a realidade dos surdos em sala de aula. Segundo o que nos afirma Barbosa (2010) muitos são os desafios que os educadores enfrentam na realidade das salas de aula, esses desafios estão ligados a fatores externos e internos da escola e sociedade.

A inclusão de alunos surdos na rede regular não se limita ao ingresso do mesmo, mas requer uma igualdade de oportunidades a todos os alunos, sem distinção, com professores capacitados e comprometidos e em consonância a isso Sassaki (2011) mostra que é necessário à capacitação periódica de todos os servidores sobre Educação Inclusiva. Pois a ausência de um apoio pedagógico adequado a essas necessidades especiais pode acarretar a evasão escolar, já que

muitas famílias não encontram escolas organizadas e adaptadas para receber todos os alunos e assegurar um atendimento direcionado às suas necessidades.

Muitos educadores ainda desconhecem a cultura surda, e não têm o domínio de Libras- Língua Brasileira de Sinais, além de que as escolas devem também proporcionar aos professores o suporte e assistência para que os docentes tenham condições adequadas de atuar nas salas com alunos especiais surdos, portanto podemos concluir que os desafios para inclusão do aluno surdo considerando essa análise, não depende totalmente do professor, mas sim também do suporte para atuar de maneira eficaz.

Para as escolas poderem cumprir sua função perante a sociedade faz-se necessário uma equipe competente de profissionais comprometidos com a formação do cidadão e dispostos a atender as reais necessidades do educando para que os mesmos possam estar aptos a enfrentar os possíveis desafios impostos pela vida diante da sociedade contemporânea.

O PPP (projeto político pedagógico) é um instrumento pedagógico que representa a identidade da unidade escolar, pois neste documento deve conter todas as ações pedagógicas e objetivos que a mesma pretende alcançar durante o ano letivo e que deve ser reavaliado a cada início do ano letivo e, para a elaboração devem participar todo o corpo docente, além de representantes de pais e alunos ou membros do conselho escolar. Isso é fundamental para que a escola possa desempenhar bem o seu papel perante a sociedade.

Entendemos que o Projeto Político Pedagógico se torna fundamental para a escola por ser um fator norteador da organização do seu trabalho, visando ao sucesso na aprendizagem dos alunos – finalidade maior da escola como instituição social, deve ser construída coletivamente a partir de demandas reais apontadas por professores, alunos, pais, diretores e comunidade em geral.

O PPP é um instrumento pedagógico que representa a identidade da unidade escolar sendo de suma importância que contém as metas de aprendizagem e as ações pedagógicas que a escola deseja alcançar pois neste documento deve conter todas as ações pedagógicas e objetivos que a mesma pretende alcançar durante o ano letivo e que deve ser reavaliado a cada início do ano letivo.

Ressaltamos que o mesmo é de importância, pois contém o diagnóstico, as metas e ações para um bom desempenho da proposta de educação que se pretende sendo um planejamento de todas as atividades anuais, com a participação

de toda comunidade escolar orientando a instituição como uma bússola de um trabalho com meta e objetivos.

Percebemos que o Projeto é relevante para o trabalho educacional da escola, mas a mesma precisa de unidade diante da vontade de acertar, de alcançar as metas pré-estabelecidas, pois direção e professores devem trilhar o mesmo caminho no que se refere à inclusão escolar observando as necessidades específicas dos alunos e como incluí-los no processo de aprendizagem das classes regulares.

Percebemos a importância do PPP para uma escola uma vez que as ações e metas nele contidas representa o tipo de escola que está sendo idealizada e o cidadão que será formado para alcançar esses objetivos é responsabilidade dos profissionais em educação, permita-nos ressaltar mais uma vez o quanto a formação continuada representa para que possamos atender as necessidades da educação contemporânea a qual se torna um desafio cada vez maior.

Com essas palavras a autora deixa clara a importância do PPP para uma escola, uma vez que as ações e metas nele contidas representa o tipo de escola que está sendo idealizada e o cidadão que será formado para alcançar esses objetivos é responsabilidade dos profissionais em educação.

Na análise ainda podemos ver que Nogueira (2005) destaca que o Projeto Político Pedagógico possui um compromisso sócio-político no sentido de compromisso com a formação do cidadão, para um tipo de sociedade e pedagógico: no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para que essas cumpram seus propósitos e sua intencionalidade.

Considerando que a inclusão ainda é um desafio 33% dos entrevistados acreditam que ponto de vista a inclusão todos os seus aspectos precisam estar descritos no PPP uma vez que é preciso inserir de forma plena as estratégias que garantam a aprendizagem de todos os educandos independente de sua necessidade especial e, de encontro a esse preceito Vasconcelos (1995) afirma que o mesmo é um instrumento teórico metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa é uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Sendo assim, o Projeto Político tem como objetivo servir de instrumento de apoio à ação educativa como um processo necessário na construção de uma

sociedade democrática, visando uma educação com a finalidade de formar sujeitos críticos e reflexivos prontos para exercer a cidadania.

O mesmo não deve ser encarado como uma exigência legal mas sim uma necessidade para inovar as ações escolares não ficando apenas no papel mais tendo uma aplicabilidade eficaz.

Para que a escola possa desempenhar sua função social, é essencial sua vinculação com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar, as normas de funcionamento e os valores, implícitos e explícitos, que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa na formação dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta Monografia refletiu os desafios enfrentados pelas escolas em relação à inclusão dos alunos surdos na sala de aula, conforme as informações levantadas foi percebido alguns desafios, podemos destacar que os professores não têm domínio em Libras e a falta de intérpretes em Libras nas salas de aula, dificulta o processo de interação e aprendizagem entre professor e aluno.

A comunidade escolar precisa assumir os deveres determinados por lei dando as mãos, para juntos oferecerem aos alunos surdos uma aprendizagem significativa, afinal, ambas possuem um aprendiz em comum e lutam pelos mesmos objetivos, ou seja, a inserção desse sujeito na sociedade, portanto percebe-se que a discussão não se encerra aqui, pois muitas barreiras precisam ser quebradas e muitos preconceitos necessitam ser vencidos para que a inclusão dos surdos aconteça de fato nas escolas.

Diante do exposto, nota-se que é importante promover situações para superar esses desafios enfrentados pelas escolas e professores, como proposta/contribuição a pesquisa sugere a implantação de um currículo que atenda às necessidades dos alunos surdos, porém a escola tem que investir na formação continuada dos professores, oferecer espaços adequados com recursos visuais e material concreto que possam estimular o aprendizado dos docentes com necessidades educativas especiais e ter um planejamento do currículo escolar flexível através do Projeto

Político Pedagógico, elaborado juntamente com coordenadores, diretores, professores, alunos e a comunidade em geral, é imprescindível que todos estejam imbuídos nesse planejamento participativo, em torno de ações voltadas para o cotidiano e ao atendimento do aluno com necessidades educativas especiais dentro dos critérios de crescimento intelectual, social e humano, é fundamental elencar o problema, discutir e chegar todos juntos numa solução.

Percebe-se que a oferta do ensino inclusivo que visa à melhoria no processo ensino-aprendizagem precisa ser revista começando pela estrutura organizacional passando pelas transformações de estrutura física, aquisição de recursos materiais, capacitações dos profissionais da rede e incorporação das famílias nos projetos educacionais.

Refletir sobre o processo de inclusão de alunos surdos na escola regular é imprescindível porque só terá educação igualitária e de qualidade quando todos os organismos sociais propuseram ações concretas capazes de modificar mentalidades e promover cidadania.

A efetivação da Educação Inclusiva para os surdos nas escolas torna-se de forma permanente e contínua para todos, onde professores apoiam professores; pais apoiam professores e a escola capacita os professores, a educação escolar das pessoas com surdez não deve estar focada somente na questão da língua, bem como na qualidade e eficiência das práticas pedagógicas, as quais são relevantes para um bom desempenho educacional e social do aluno com surdez.

A investigação revelou que o pressuposto foi confirmado, considerando que a inclusão do aluno surdo é fundamental para desenvolvimento desses educandos, pois diante da interação o aluno pode estabelecer relações com a sua forma de pensar e agir na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBRES, NEIVA DE. AQUINO. E VILHALVA, S SHIRLEY. **Língua de Sinais: Processo de Aprendizagem como Segunda Língua**. 2005. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

ALBRES, NEIVA DE. AQUINO. **Libras em estudo**: tradução/interpretação. São Paulo, feneis, 2012.

ALMEIDA, Magno Pinheiro de; ALMEIDA, Miguel Eugênio. História de Libras: característica e sua estrutura. **Revista Philologus**, ano 18, nº 54, Suplemento: Anais da VII JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**: Imagens e autoimagens/ Miguel G. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da arte**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BETTI, Mauro. Educação Física, cultura e sociedade. **Lecturas Educación Física y deportes**, v. 17, n. 174, pp. 1-9, 2012. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd174/educacao-fisica-cultura-e-sociedade.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL, **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação (1994). **Declaração de Salamanca**: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, Espanha, Brasília, MEC, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394, Brasília: MEC, 1996.

BRASIL (País). Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Adaptações Curriculares Estratégias Para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. **Lei n. 10.172/01 de 9 de janeiro de 2001**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**: a Escola. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**: livro 1/MEC/SEESP- Brasília: a Secretaria, 1994.

DAMÁZIO, Milene Ferreira Macedo. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**: pessoa com surdez, Brasília/DF, MEC, 2007.

DARIDO, Suraya Cristina. Diferentes Concepções sobre o Papel da Educação Física na Escola. In: Suraya Cristina Darido. (Org.). **Cadernos de Formação**: Conteúdos e Didática de Educação Física. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. 1, pp. 34-50.

DIAS, Cláudia. **Grupo focal**: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. 2 ed. ver. e atual – Curitiba: Ibplex, 2009.

FERNANDES, Eulália; RIOS, Kátia Regina. Educação com bilinguismo para crianças surdas. **Intercâmbio**. São Paulo: PUCSP, v. II, p. 13-21, 1998.

FERREIRA, Cristiane Bonifácio. *et al.* **A inclusão do aluno surdo na Rede Regular de Ensino**. São Paulo, Revista Mundo & Letras, 2010.

FALEIROS, V. P. **Serviço Social**: questões presentes para o futuro. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à Prática Educativa. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GADOTTI, Moacir – **Pedagogia da Terra**. 2º ed. São Paulo. Peirópolis, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GENTILI Pablo. **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LAKATOS. Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, Atlas. 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Reflexividade e formação de professores**: outra oscilação de pensamento pedagógico brasileiro? São Paulo. Cortez editora, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo, Cortez, 2002.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. 4. Ed. São Paulo, Cortez, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese. São Paulo, Cortez, 2009

NOVOA, A. **Profissão Professor**. 2º ed. Porto Alegre, Editora, 1992.

OLIVEIRA, DERLY. MACHADO; OLIVEIRA, DAYSE. MARA. **Evolução histórico-cultural e indenitária dos surdos brasileiros**: enfoque na educação e no ensino de LIBRAS, 1. Ed, Natal, CEFOP/FAPAZ, 2011.

OLIVEIRA, Flávio Alves. *et al.* O papel do professor de Educação Física na inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar. **EFDesportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 20, nº 203, abril de 2015.

PEREIRA, Osmar Roberto. Alunos surdos, intérpretes de Libras e professores: atores em contato na universidade. **Cadernos de Educação**, v. 12, n. 24, jan./jun. 2013.

PERLIN, Galdis T.T. Identidades Surdas. IN: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. **Surdos**: o narrar e a política. Florianópolis, Ponto de Vista, 2003.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação**: olhares que se entrecruzam. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/136/187>>. Acesso: 20 de março de 2021.

PIMENTEL, Ana Carla Vieira; PIMENTEL, Carlos Vieira; SANTOS, Dessa de Fátima C. dos. Inclusão: um olhar a partir das vivências dos bolsistas PIBID na escola. Comunicação Oral. **Anais do VI Fórum Internacional de Pedagogia**. São Paulo, associação Internacional de Pesquisa em Pedagogia, 2012.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo, Atlas, 2008.

SIQUEIRA, Antrite. **Educação e processo**. Cidade: Brasília, Editora Cortez, 2002.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis. Editora UFSC, 2008.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação e exclusão**. Abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre, Mediação, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Educação Inclusiva**: barreiras e soluções. Diversa: Educação Inclusiva na Prática, Rio de Janeiro, WVA, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

STROBEL, Karin L. História dos Surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In: **Estudos Surdos II**. Petrópolis, Arara Azul, 2007.

STROBEL, Karin L. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho Pedagógico**: Projeto Político Pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo, Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma. Passos Alencastro – **Projeto Político pedagógico da Escola**: Uma construção possível, Campinas, Artmed, 1995.

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 168p. (Coleção Psicologia e Pedagogia. Nova Série).

	Santos, Messias Silva, 1978.
	Os desafios da inclusão do aluno surdo na escola /Messias Silva Santos. - Senhor do Bonfim, 2021.
	50 f.:il.
	Orientadora: Profª Drª Larissa Oliveira Guimarães.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade Ages, Senhor do Bonfim, 2021.
	1. Aluno surdo. 2.Educação Física. 3. Educação Inclusiva I. Título. II. Faculdade Ages